



3301 - Trabalho Completo - 2ª Reunião Científica Regional Norte da ANPED (2018)
GT 03/GT 06 - Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos Educativos e Educação Popular

Pará Leitura Vai-Quem-Quer e Comunidade: Educação, cultura e identidade(s) na Comunidade rural-ribeirinha do Poção, Ilha de Cotijuba, Belém-PA
Paulo de Tarso Correa de Paula - UEPA - Universidade do Estado do Pará
Shirley Cristina Amador Barbosa -

RESUMO

Este estudo desvela a importância das atividades de extensão do Grupo de Pesquisa e Extensão Pará Leitura Vai-Quem-Quer, da Universidade do Estado do Pará, na Escola da Comunidade Rural-Ribeirinha do Poção, localizada na Ilha de Cotijuba, região insular de Belém/PA e analisa os processos de construção identitária da comunidade. Do tipo estudo de caso, com abordagem qualitativa, os dados foram levantados por meio do acompanhamento das atividades realizadas pelo Grupo Pará Leitura Vai-Quem-Quer na escola e na comunidade, bem como em entrevistas semiestruturadas, conversas, vivências, aos gestores da escola, professoras, alunos, ex alunos da escola *lôcus* e membros da Comunidade do Poção. Destacamos como resultados da pesquisa, o processo histórico de ocupação da Ilha de Cotijuba e da Comunidade, as tradições culturais, as relações pessoa-rio, pessoa-terra e pessoa-mata, a presença marcante da relação simbólica entre a ruralidade e a urbanidade, bem como a relação Escola-comunidade e as contribuições das atividades extensionistas do Grupo em questão, caracterizando-se como fundamentais para o processo de construção identitária e na (re)afirmação da cultura local.

Palavras Chaves: Pará Leitura Vai-Quem-Quer, Extensão, Educação, Identidade, Cotijuba.

Pará Leitura Vai-Quem-Quer e Comunidade: Educação, cultura e identidade(s) na comunidade rural-ribeirinha do Poção, Ilha de Cotijuba, Belém-PA

Paulo de Tarso Correa de Paula^[1]

Shirley Cristina Amador Barbosa^[2]

RESUMO

Este estudo desvela a importância das atividades de extensão do Grupo de Pesquisa e Extensão Pará Leitura Vai-Quem-Quer, da Universidade do Estado do Pará, na Escola da Comunidade Rural-Ribeirinha do Poção, localizada na Ilha de Cotijuba, região insular de Belém/PA e analisa os processos de construção identitária da comunidade. Do tipo estudo de caso, com abordagem qualitativa, os dados foram levantados por meio do acompanhamento das atividades realizadas pelo Grupo Pará Leitura Vai-Quem-Quer na escola e na comunidade, bem como em entrevistas semiestruturadas, conversas, vivências, aos gestores da escola, professoras, alunos, ex alunos da escola *lôcus* e membros da Comunidade do Poção. Destacamos como resultados da pesquisa, o processo histórico de ocupação da Ilha de Cotijuba e da Comunidade, as tradições culturais, as relações pessoa-rio, pessoa-terra e pessoa-mata, a presença marcante da relação simbólica entre a ruralidade e a urbanidade, bem como a relação Escola-comunidade e as contribuições das atividades extensionistas do Grupo em questão, caracterizando-se como fundamentais para o processo de construção identitária e na (re)afirmação da cultura local.

Palavras Chaves: Pará Leitura Vai-Quem-Quer, Extensão, Educação, Identidade, Cotijuba.

INTRODUÇÃO

O Grupo de Pesquisa e Extensão Pará Leitura Vai-Quem-Quer, atualmente vinculado ao Núcleo de Pesquisas NETRILHAS e registrado na Pró-Reitoria de Extensão da Universidade do Estado do Pará, teve início em 2009, a partir de uma atividade pedagógica, proposta na disciplina Leitura e Produção de Texto, aos discentes do 1º semestre do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, onde foram desafiados a desenvolver um projeto de intervenção pedagógica na Ilha de Cotijuba, Belém-PA, sob coordenação da Professora Mestre Izilda Nazaré de Almeida Cordeiro, tendo como objetivo inicial, o incentivo à leitura a partir de atividades lúdicas às crianças da referida ilha.

Durante as atividades do Grupo e, motivados pelos moradores da Comunidade do Poção, localizada na Ilha de Cotijuba, Belém/PA, definiu-se como *lôcus* das atividades do Grupo, a Escola Estadual de Ensino Fundamental "Anexo Pedra Branca", localizada na referida comunidade. Atualmente o Grupo possui 03(três) grupos de trabalho, nas áreas do conhecimento da Ludicidade e Lazer, Educação Ambiental e Educação Sexual.

A extensão universitária na Universidade do Estado do Pará trás como finalidade geral "[...] promover a articulação entre o ensino e a pesquisa, a universidade e a sociedade" (UEPA, 1994. p.14) e o Grupo Pará Leitura Vai-Quer-Quer desenvolve suas atividades nesta perspectiva, bem como fundamenta suas práticas a partir dos pressupostos freirianos que entendem a educação como dialógica e, portanto, "um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados" (FREIRE, 1983. P. 29).

Freire afirma que:

O diálogo problematizador não depende do conteúdo que vai ser problematizado. Tudo pode ser problematizado. O papel do educador não é o de "encher" o educando de "conhecimento", de ordem técnica ou não, mas sim o de proporcionar, através da relação dialógica educador-educando, educando-educador, a organização de um pensamento correto em ambos. (FREIRE, 1983. p.35)

Portanto, a extensão universitária, para cumprir de fato com sua finalidade de articular a pesquisa e o ensino, precisa respeitar o contexto e seus sujeitos, seus saberes, seus costumes, sua cultura e suas identidades. É fundamental, portanto, que a extensão universitária seja comunicação, seja dialógica, para não ser invasiva e, conseqüentemente, colonizadora e silenciadora de culturas e invisibilizadora de identidades.

A formação da identidade cultural do ribeirinho amazônico é marcada pelo processo de hibridização cultural, influenciado pela relação com outro e o meio ao qual estão inseridos. Para Geertz (1989, p. 66), o conceito de cultura denota um padrão de significados transmitido historicamente e incorporado em símbolos, "um sistema de concepções herdadas expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação à vida". É a partir da relação com o outro e, destes com o mundo, que (re)cria-se a identidade cultural, pois à medida que, os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis.

Nas diversas amazônias, os saberes, valores e modos de vida tradicionais, passam pelo constante e tênue conflito tradicionalidade/modernidade e essa relação de forças é reforçada pelos sistemas simbólicos das classes dominantes, que são utilizados como instrumentos de dominação e poder. Bourdieu (1989) destaca que os sistemas simbólicos são instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento e cumprem a sua função de imposição e legitimação da dominação cultural, social e política.

Consequentemente, é nesse contexto que ocorreu o processo de implantação da escola nessa comunidade. Inicialmente, com o objetivo de garantir o acesso à educação na própria comunidade, sob um modelo escolar multisseriado, pautado na lógica positivista de transmissão de conhecimento e no conteudismo, oposto ao conceito de uma Educação *do e no* Campo (Caldart, 2000), defendido pelos movimentos sociais, consequentemente, nesse modelo, os saberes tradicionais são negados, marginalizados e subordinados à cultura urbanocêntrica, motivados pelo advento da modernidade.

É diante dessas inquietações que esta Pesquisa almejou desvelar e compreender a importância das atividades de extensão do grupo Pará Leitura Vai-Quem-Quer no sentido de analisar o processo de construção identitária da comunidade rural-ribeirinha do Poção, Ilha de Cotijuba, Belém-PA, considerando todo o seu processo histórico, sua ocupação, a relação da comunidade com a invasão urbanocêntrica, a relação escola-comunidade, bem como suas experiências culturais, os saberes, o trabalho, o modo de vida, a religiosidade, os costumes, a vida familiar, a relações sujeitos-terra, sujeitos-rio, sujeitos-mata.

Para realizar esta investigação, com abordagem qualitativa, optamos pelo Estudo de Caso considerando suas potencialidades para um estudo mais minucioso do ponto de vista da coleta de dados e da construção de relações com os sujeitos da pesquisa, onde “o pesquisador geralmente utiliza uma variedade de dados coletados em diferentes momentos, por meio de variadas fontes de informação. Tem como técnicas fundamentais de pesquisa a observação e a entrevista.” (GODOY, 1995, p. 26). Ademais, este tipo de estudo, revelou-se uma ferramenta útil, na medida em que, sem desconsiderar o contexto mais ampliado da Ilha de Cotijuba, pudemos perscrutar em sua especificidade e globalidade a realidade da Comunidade do Poção.

O levantamento e análise dos dados foram realizados por meio do acompanhamento das atividades realizadas pelo Grupo Pará Leitura Vai-Quem-Quer na escola e na comunidade, bem como em entrevistas semiestruturadas, conversas, vivências, aos gestores da escola, professoras, alunos, ex alunos da escola *lôcus* e membros da Comunidade do Poção.

Um Poção de histórias: ocupação, costumes, saberes e cultura local.

Cotijuba é uma Ilha localizada geograficamente, entre as Ilhas do Marajó e as Ilhas de Jutuba e Paquetá, à margem direita do estuário do rio Pará, entre as baías do Marajó e do Guajará, apresentando uma forma alongada em direção ao Nordeste (CODEM, 1997). A Ilha apresenta uma extensão territorial aproximada de 1.600 hectares. A Ilha de Cotijuba localiza-se a 22 km da sede municipal e é vinculada administrativamente ao DAOUT- Distrito Administrativo do Outeiro, através da lei Municipal de nº 7.682 de 1995, no entanto se percebe que a Ilha de Cotijuba sempre estabeleceu significativos fluxos e relações como o Distrito industrial de Icoaraci, local de onde sai a maioria dos barcos em direção à Ilha.

Segundo Cordeiro (2011), os primeiros moradores da Ilha de Cotijuba foram os índios Tupinambás, que batizaram a Ilha com o nome Cotijuba, que tem origem no Tupi-Guarani e significa Trilha (ou caminho) Dourada(o) em alusão aos reflexos da lua nos caminhos arenosos do interior da Ilha.

Segundo Guerra (2003), na ilha de Cotijuba funcionava por volta de 1784, um engenho para embranquecer arroz e este era chamado de Fazendinha, tal engenho era de propriedade do Capitão Luís Pereira da Cunha, localizando-se próximo a igarapé do Piri-Açu.

[...] o engenho da Fazendinha estava entre os nove engenhos existentes no estado do Pará, todos construídos no mesmo período para solucionar a carência de mão-de-obra do Brasil do século XVIII. A integração sócio – econômica da Ilha de Cotijuba com a cidade de Belém iniciou-se naquele período, com a comercialização do arroz beneficiado no engenho Fazendinha, que após sua desativação, o local ficou sendo habitado por famílias tipicamente caboclas que sobreviviam do extrativismo. (GUERRA, 2003. P.14)

Cordeiro (2011) afirma que a partir dos anos 30 do século passado, a ilha de Cotijuba se tornou conhecida pela instalação de atividades correcionais para menores e de prisão para maiores, criada sob o primeiro período ditatorial de Vargas e associada ao interventor estadual Magalhães Barata, a ilha constituiu-se, no imaginário regional, como um lugar de tortura e isolamento.

Em 1961, no governo de Aurélio do Carmo, passaram a funcionar na ilha duas instituições correcionais. A Colônia Reformatória de Cotijuba (CRC), que funcionava no prédio do antigo educandário e, o Instituto de Recuperação Social (IRS), que funcionava na Pedra Branca, instituições com objetivos diferentes. O IRS com o objetivo de abrigar e corrigir e a CRC com o objetivo de reeducar os menores infratores. Após reformas na década de 1963 e durante os sucessivos governos indicados pela Ditadura Militar, o prédio do Educandário transforma-se em presídio. no governo do Major Alacid da Silva Nunes (1966-1971).

Cordeiro (2011) nos conta que é neste período que Cotijuba vive tempos de extrema violência. Entre torturas e rebeliões entre os presos e os policiais que, por sua vez trataram de implantar no mesmo, um regime violento e repressor, onde as torturas e as agressões físicas eram práticas do cotidiano dos detentos. A autora detalha que torturas como pau-de-arara, morcego e cangalha, os presos que tentavam fugir tinham suas cabeças raspadas para identificação de sua periculosidade. O relato de um morador compreende esse imaginário criado acerca do simbolismo da Ilha, quando afirma que alguns presos nem chegavam à Ilha de Cotijuba, pois eram atirados na Baía do Guajará durante o percurso.

Segundo o relato do *Morador 1*, pescador e morador da comunidade do Poção,

Eles amarravam uma corda com uma pedra, prendiam as mãos, os pés e tapavam a boca. Quando o barco tava lá no meio da Baía, jogavam eles no rio. Eles morriam né, não dava nem pra gritar. É verdade, todo mundo aqui sabe dessas histórias. (Morador 1).

Em 1976, em um motim violento, o diretor do presídio Teodorico Rodrigues é surpreendido e quase vai a óbito. Este fato é determinante para o processo de desativação do presídio que ocorre em 1977. A desativação, bem como o estímulo à produção hortifrutigranjeira ao fim da década de 1970 transformam Cotijuba em um canteiro verde e restaura seu papel frente à cidade, motivando os moradores locais a se deslocarem e se instalarem nesta comunidade.

Segundo Cordeiro (2011), alguns ex detentos continuaram morando na Ilha e desenvolvendo atividades produtivas que aprenderam na antiga colônia penal, ocupando a ilha a partir do engenho de arroz da Fazendinha. A autora afirma que a partir de relatos dos antigos alunos do educandário, a execução das práticas agrícolas ficavam por conta das famílias japonesas que fugiram da 2ª Guerra Mundial e se refugiaram na ilha.

Durante a década de 50, famílias japonesas já tinham se instalado na Ilha, passando a desenvolver a agricultura, mais especificamente a cultura de pimenta do reino. No final de 1951 foi fundada a Cooperativa Mista de Cotijuba Ltda, entre lavradores brasileiros e japoneses, que tinham o objetivo de fornecer legumes, farinha de mandioca, ovos e aves para Belém. No início da década de 70, a Ilha foi transformada numa colônia agrícola, onde os presos considerados menos perigosos ganharam lotes para plantar e viver livremente, inclusive levando suas famílias para residirem com eles. (CORDEIRO, 2011. p. 83)

É em meio a essa conjuntura que se constitui também a comunidade do Poção, que se denominou assim durante o período de torturas constantes no Educandário, pois os administradores da Ilha, recorriam como forma de castigo, uma caminhada até um grande lago que fica próximo a esta área, com caminhos por dentro da mata que tem acesso pela estrada do Engenho da Fazendinha.

É o que nos relata o *Morador 1*, 63 anos, morador da comunidade desde que nasceu:

Lembro quando a gente era menino, meu pai dizia que quando os homens presos não obedeciam lá no presídio, tinha que escolher entre tomar veneno ou ir pro poção. Daí eles vinham andando até aqui e eram atirados no lago que fica aqui perto e que tem muitos jacarés. (Morador 1).

A Comunidade rural-ribeirinha do Poção, também conhecida como Poção-Miri está localizada no lado Leste da Ilha, tem como características marcantes a distância da região central da Ilha, a dificuldade de acesso à mesma, a precariedade de infraestrutura e a falta de saneamento básico. Porém, apesar de todas as dificuldades sociais e conflitos simbólicos, esta comunidade rural-ribeirinha apresenta importantes aspectos que (re)afirmam a identidade cultural da Ilha de Cotijuba.

O deslocamento até a ilha de Cotijuba somente é possível por meio de embarcações. As pequenas embarcações tipicamente ribeirinha e amazônica, chamada popularmente de “pô-pô-pô”, fazem o transporte à Cotijuba e desta ilha para a sede do município de Belém e outras ilhas próximas (e vice-versa). Estas embarcações realizam esse transporte com mais intensidade e são organizadas por meio da Cooperativa dos Barqueiros da Ilha de Cotijuba (COPERBIC). Há ainda a embarcação oficial da Prefeitura Municipal de Belém, que faz o trajeto Icoaraci-Cotijuba-Icoaraci, sob a responsabilidade da Secretaria de Transporte de Belém. O percurso entre a sede de Belém e Cotijuba tem duração aproximadamente entre 40 e 60 minutos.

Porém, nenhuma dessas linhas fluviais transporta passageiros até a comunidade do Poção, todos convergem ao Porto “Antônio Tavernad” e, o principal caminho para deslocamento até a comunidade do Poção é a Av. Magalhães Barata, que é a via que contorna a Ilha de Cotijuba de norte à sul, o que obriga os moradores desta comunidade à utilizarem apenas esta via para locomoção dentro da Ilha.

O transporte na Ilha é feito por charretes, bondinhos puxados por tratores e atualmente uso de motocicletas e motorretes (motos adaptadas para receber até seis passageiros), que atualmente é o mais utilizado dado o acelerado processo de urbanização da Ilha de Cotijuba.

A distância a ser percorrida até a comunidade do Poção, tendo como ponto de referência o Porto Fluvial “Poeta Antônio Tavernad”, dura aproximadamente 25 minutos, sem contar com os imprevistos. Para chegar a pé deste ponto até a comunidade do Poção, enfrenta-se um caminho longo de aproximadamente mais 4 km em chão arenoso, com grande vegetação às margens da estrada, que se torna mais problemático nos períodos de inverno amazônico, pois as chuvas constantes e a cheia dos rios criam alagamentos que dificultam ainda mais o acesso à esta comunidade.

A área do Poção é habitada por famílias de camponeses e pescadores que vivem da sua relação com o rio, a terra e a mata. O extrativismo é o meio de produção mais utilizado na comunidade. Nesta área, metade dos produtos é destinada apenas ao consumo e a outra metade à comercialização.

As casas, apesar de não serem em palafitas sobre as águas, em sua maioria, são de madeira e foram construídas em terra firme à beira do rio. Porém, com o avanço da urbanização, já podemos encontrar muitas casas em alvenaria.

Correa (2003) diz que os ribeirinhos são homens, mulheres, jovens e crianças que nascem, convivem e habitam as margens dos rios. Dessa forma, podemos ainda afirmar que esta comunidade constitui-se como rural-ribeirinha, pois seu cotidiano enfatiza a relação de seus moradores com o rio a terra e a mata. É a partir dessa relação, esses ribeirinhos organizam suas vivências e estruturam suas atividades.

A atividade pesqueira realizada pelas famílias é de caráter predominantemente artesanal, visto que suas técnicas são antigas, tradicionais e sua produção busca satisfazer as necessidades mais básicas das famílias de pescadores. É importante ressaltar que nesta parte da Ilha, as famílias, para completar seu sustento cotidiano, trabalham a terra plantando roças policultoras, onde se tem couve, mandioca, macaxeira, coentro e outros, produtos que fazem parte (junto com o que é pescado por eles) do prato diário das mesmas.

As representações sobre o lugar “Cotijuba” são construídas por meio da representação que eles possuem sobre a mesma, sobre as percepções que têm do conjunto de significados sócio-culturais desse lugar. Dessa forma, as qualidades que apontam ser ribeirinho da Ilha de Cotijuba, os privilégios desse contexto, influenciam no seu modo de viver e na construção de suas identidades culturais atreladas a este local.

Os costumes também são moldados pela opção religiosa dos sujeitos, marcada pela presença das igrejas católica e evangélica, sendo esta a que os moradores desta comunidade mais se identificam. É a partir da doutrina religiosa acerca dos preceitos de cada igreja, que esses sujeitos moldam suas práticas sociais. Essas doutrinas divergem com os costumes culturais tradicionais da comunidade, gerando conflitos ideológicos e influenciando nesta relação com o simbolismo do imaginário popular.

Correa (2003) aponta mudanças nas vivências de ribeirinhos amazônicos que por possuírem práticas tradicionais e sobrevivência do extrativismo das florestas e rios, passam atualmente por mudanças provocadas por fatores modernizantes, e que exigem dos ribeirinhos uma adaptabilidade entre o tradicional e o moderno.

Dessa forma compreendemos que a identidade cultural da Comunidade do Poção pode ser compreendida com base na relação com a natureza, no conhecimento local, e em um ritmo social e cultural dinâmico e diverso. Suas tradições culturais na relação com o rio, a terra e a mata são preservadas em suas práticas e são relacionados em um sistema de representações simbólicas, marcadas pelo processo de hibridização cultural, a partir da relação com a cultura urbanocêntrica. Esses saberes ainda são passados de geração a geração pela oralidade e pela concepção de que esse aprendizado se faz necessário para a garantia da subsistência familiar destes sujeitos.

Na relação com o rio, a pesca artesanal é predominante e está relacionada com a dinâmica das marés e é desde o início da formação desses sujeitos que se dá o processo de aprendizado à esses costumes tradicionais.

O Morador 1, ressaltou essa importância:

A gente aqui bota logo os meninos pra aprender a andar de canoa, de barco. Por que é do rio que nós tira o sustento, então eles tem que logo saber em que tempo que dá mais peixe, qual o melhor tipo de maré, onde é que vamos buscar esses peixes, tudo isso. Ensinaamos assim pra que eles quando cresçam mais, possam nos ajudar. (Morador 1)

Segundo estudos desenvolvidos por Isaac (2006, p.31), a *pesca tradicional de subsistência* “é uma atividade permanente e complementar a outras atividades principalmente a agricultura, caracterizando alguns grupos como agricultores pescadores, cuja produção restringe-se, quase que exclusivamente, ao consumo próprio. É executada com uso de embarcações simples e aparelhos de pesca produzida pelos próprios pescadores, o que dá a estes “utensílios”, assim como à pesca, um caráter tradicional.

Eu pesco assim mesmo, primeiro eu pego a isca né? Pra ir pescar peixe grande que é o filhote e a dourada. Eu tenho também a malhadeira pra pegar esse tipo de peixe que é a sarda e a pratinheira, que é pra pegar o peixe grande também. Mas eu tenho também minhas linhas de mão aqui pra pescar os miudinhos. A gente também usa o matapi que é pra pegar camarão, pois além de dá pra comer, servi de isca né. Agora tá difícil pra conseguir pegar muitos peixes, tem dado muito pouco aqui na beirada só tá dando mesmo é pro consumo, são poucas as vezes que eu consigo peixe pra vender. (Morador 1)

Segundo o depoimento acima a modalidade de pesca artesanal realizada é de caráter tradicional, já que a mesma é a base de alimentação de sua família, apresenta técnicas rudimentares de pesca, pouca produção e pouca variedade de pescado.

Ressaltamos que as crianças e os jovens da comunidade também compreendem a importância deste aprendizado, no sentido por essa mesma ótica.

A gente aprende desde pequeno mesmo e é só indo pra aprender, por que na escola não aprende a pescar não. Meu irmão já tá aprendendo. Eu gosto, hoje já ajudo meu pai quando ele vai pescar. Ele que me ensinou o que sei, mas eu já furei meu dedo não sei quantas vezes no anzol, é assim mesmo, é errando que se aprende né. (Jovem, 13 anos, Filho de pescador da Comunidade do Poção)

Na relação com a terra, há um forte envolvimento dos membros das famílias na organização da atividade agrícola. Seja no plantio, no trato, na colheita, no escoamento ou ainda no comércio dos produtos da roça. Os pequenos produtores produzem para sua subsistência, no entanto, o excedente da produção é comercializado e o dinheiro arrecadado com tal atividade é investido em compras de produtos que os agricultores não produzem tais como eletroeletrônicos, produtos de higiene, roupas e sapatos.

Essas práticas tradicionais também são vistas como importante pelos mais velhos da comunidade, porém as crianças e os jovens não possuem boa relação com a prática de agricultura.

AMoradora 2, 52 anos, retrata sobre a experiência que adquiriu com a mãe no cultivo da terra e ressalta a sua preocupação sobre as perspectivas de futuro dos jovens da comunidade:

Eu roço a terra desde meus 7 anos, quando meu pai ia pescar minha mãe plantava macaxeira e eu ia junto. Apreendi tudo certinho e quando eles morreram, eu continuei cuidando a nossa terra. Meus filho aqui nunca passaram fome por conta disso. Mas o ruim é que esses meninos de hoje num querem nada com a vida, só querem saber de namorar, de ir pra festa. se a gente fala em trabalhar eles dizem que vão comprar uma moto e ser moto taxi lá pro Vai-Quer-Quer, que é isso que dá dinheiro. (Moradora 2)

A partir deste relato, bem como pela vivência durante a pesquisa na Ilha, afirmamos que há um (re)ordenamento das atividades geradoras de renda em toda a Ilha de Cotijuba. Se antes eram ligadas à agricultura e à pesca, voltam-se atualmente para o comércio e a prestação de serviços para atender à população que se desloca para ilha, principalmente nos feriados, finais de semana e férias escolares.

O reconhecimento desses sujeitos sobre suas identidades culturais indicam o desejo de ser "diferentes e iguais aos da cidade", pois embora habitem nesse território pertencente a Belém, percebem-se com suas práticas, costumes, culturas e vivências atreladas ao cotidiano ilhéu. Assim, entendemos que as identidades culturais desses sujeitos se constituem na fronteira entre a ruralidade da ilha e a urbanidade da capital, entre a preservação de sua cultura tradicional e a sedução da cultura dominante e invasora, motivadas pelo advento da modernidade. (Grifos Nossos)

Escola e o Pará Leitura Vai-Quem-Quer: (Re)Construindo Identidades

Para Caldart (2000), a escola do campo deve servir primeiramente à comunidade ao qual está inserida, principalmente no sentido de (re)afirmação da identidade cultural do sujeito do campo, germinando um sentimento de orgulho em ser do campo, sua terra, seu lugar.

A Escola Estadual de Ensino Fundamental Anexo Pedra Branca, definida como *Lócus* desta pesquisa, está localizada na Comunidade do Poção às margens da praia do Poção, que é banhada pelas águas correntes do conhecido Furo do Mamão. Instalada sob o modelo multisseriado de ensino, é anexo à escola-sede EEFM "Professora Marta da Conceição", que fica no centro da Ilha de Cotijuba. Sua estrutura é em madeira, com dependências para apenas uma sala de aula, com quatro janelas grandes para ventilação.

A Escola fica às margens da Praia do Poção e tem uma Caixa d'água própria. Possui dois banheiros para os alunos, um depósito, uma sala estreita que é utilizada como cozinha, o refeitório fica aos fundos da escola, onde há um espaço com uma mesa grande de madeira que serve como refeitório para as crianças. Há ainda uma pia para a higienização dos utensílios da escola. A Gestão Escolar é feita pela direção da escola sede e o corpo técnico conta atualmente com duas professoras e o auxílio de uma funcionária responsável pela empresa terceirizada, contratada pela Secretaria Estadual de Educação, SEDUC-PA.

As comunidades rurais-ribeirinhas percebem a escola como o lugar onde seus filhos irão adquirir um tipo de saber necessário à sua vida concreta, seja no campo ou na cidade, pois ler, escrever e contar são percebidos como condição mínima para o exercício da cidadania. Na comunidade do Poção não é diferente, perguntados se acham importante a escola na comunidade, as respostas foram prontas e imediatas na perspectiva que seus filhos precisam de um futuro melhor ao que eles tem atualmente.

Estudar é importante. Trás conhecimento e pode dar um bom trabalho pra eles também. Por isso eu acho que é melhor que eles comecem a estudar desde pequeno e ter a escola aqui perto é melhor também, assim a gente fica perto também. (Moradora 1, mãe de 4 alunos da escola)

Porém, Brandão (1990) afirma que não há escola do campo nas comunidades rurais, e sim uma escola de modelo urbano que, desqualificada, existe no meio rural. Esta assertiva retrata a realidade da Escola *Lócus*, pois ao funcionar precariamente, produz, a cada geração, resultados culturais e sociais desiguais.

Partindo dessa premissa, entendemos que a escola deve possibilitar uma vivências sociais, com o relevante papel de oportunizar o acesso a informações e experiências novas e desafiadoras capazes de provocar transformações e de desencadear processos de desenvolvimento e comportamento. O professor então, dada essa responsabilidade e considerando as inúmeras dificuldades do contexto rural-ribeirinho, tem papel fundamental para a contribuição formativa desses sujeitos.

Nessa perspectiva, a professora 1 destaca a importância da parceria da escola com o Grupo de pesquisa e extensão "Pará Leitura Vai-Quem-Quer", que atua na escola e na comunidade do Poção desde 2010, bem como ressalta que a construção de novas alternativas para sua ação docente.

Eu tenho aprendido muito com as atividades e com o material que os alunos da UEPA trazem para a escola. Deixei até de usar somente os livros didáticos. Apesar de trabalhar há muitos anos dando aula, eu entendo que sempre temos que estar aprendendo para melhorar nossa atuação em sala, com as crianças, pois eles precisam muito de nossa atenção. É uma responsabilidade muito grande e temos que estar preparados, mesmo com as dificuldades. (Professora, 2016)

O Pará Leitura Vai-Quem-Quer atua na comunidade com três (03) grupos de trabalho nas seguintes áreas do conhecimento: Ludicidade e Lazer, Educação Ambiental e Educação Sexual. Fundamenta suas ações sob os princípios da integração ensino-pesquisa-extensão, teoria e prática que embasam a concepção de extensão como comunicação (FREIRE, 1983), numa postura de organização e formação crítica social, em que a comunidade deixa de ser passiva no recebimento das informações/conhecimentos transmitidos pela universidade e passa a ser, participativa, crítica e construtora dos possíveis modos de organização social, política e cultural. É nessa perspectiva, que essa parceria possibilita caminhos para a formação de sujeitos autônomos, capazes de pensar, de serem criativos, de estabelecerem relações, implicando em uma ação pedagógica que permite que os sujeitos envolvidos nesse processo, possam se experimentar na sua autonomia, na sua liberdade, nas suas habilidades e na (re)construção de conhecimentos e (re) afirmação da(s) identidade(s).

As pesquisas e atividades extensionistas do Grupo tem como objetivos incentivar a leitura, promover a interação cíclica educandos-educadores - comunidade, contribuir com a formação crítica dos sujeitos quanto à preservação e educação ambiental, preparar para a vivência plena da sexualidade, desenvolver ludicidade e compreender o lazer como perspectivas do bem viver, bem como subsidiar a ação docente, a partir do (re)conhecimento de pedagogias outras que se apresentam nas práticas cotidianas, nos saberes tradicionais, no modo de pensar, nos valores e na cultura desses sujeitos (ARROYO, 2014), (re)criando novas possibilidades pedagógicas que valorizem e (re)afirmam a identidade cultural local.

Essas atividades são realizadas de forma coletiva e sem distinção de faixa etária e gênero, com objetivos específicos definidos pelos grupos de trabalhos. Na escola, as atividades com os conteúdos é uma característica marcante do modelo seriado. Mas, para a Professora 1, atualmente planeja suas atividades considerando muito mais o tempo de aprendizado de cada aluno e o contexto local, superando a perspectiva de cumprimento do currículo formal. Esta postura se dá pelo processo de formação continuada, mesmo que não formal, marcada principalmente pela busca de novas possibilidades pedagógicas resultantes da parceria com o Projeto Pará Leitura Vai-Quem-Quer.

Antes eu fazia assim: juntava os alunos de cada série em um canto e passava as atividades de cada série que eu tirava do livro didático. Daí eu ia passando os conteúdos série a série. Era muito difícil planejar as atividades dessa forma, por que eu ficava meio tonta com tanto conteúdo, imagine os meninos. Depois que o Pará Leitura chegou aqui, eu comecei a observar como os alunos da UEPA ia trabalhando com eles, então, nas nossas conversas e atividades que eu também acompanho, eu também aprendo. Hoje eu trabalho assim: cada dia é uma aula diferente, se eu percebo que estão com dificuldade de leitura trabalho a leitura com todos juntos e utilizando a realidade deles, os costumes e a vida que eles tem aqui na comunidade. Aí, coloco os grandes, que já saber ler melhor, para ajudarem os pequenos, que tem mais dificuldades. (Professora 1, 2017).

A ação transgressora da professora é reflexo da mudança de uma visão engessada conteudista, para um processo de ensino-aprendizado multidisciplinar e transdisciplinar, que respeita a realidade dos educandos e que não nega a importância dos conteúdos para a formação dos alunos.

Observamos então, o cuidado em considerar os costumes e práticas sociais das crianças da Comunidade do Poção que passam de geração a geração. A intencionalidade destas ações, corroboram com a perspectiva de Hage (2005), que compreende que é imprescindível esta ruptura, consolidando uma mudança de postura que avance para uma

[...] construção coletiva de um currículo que tome como referência e valorize as diferentes experiências, saberes, valores e especificidades culturais das populações que vivem e são da Amazônia. Há a necessidade de se concretizar um processo de educação dialógica que inter-relacione saberes, sujeitos e intencionalidades, superando a predominância de uma educação bancária e de uma concepção disciplinar de conhecimento. (HAGE, 2005. p. 04)

A avaliação das atividades e também das respectivas mudanças de série são feitas de forma participativa. A Professora 2 ressalta que ainda é muito difícil fazer com que os pais entendam que uma nota avalia o rendimento escolar de seus filhos e esclarece que ainda faz prova por que é obrigada pelo sistema de avaliação formal.

Eu faço prova sim, mas não para avaliar se eles vão passar ou não, faço porque é obrigado pela SEDUC-PA. Os pais também querem ver um papel com uma nota, pois entendem que a prova avalia o aprendizado de seus filhos. Minha prova é sempre dentro do que eu avalio que eles aprenderam nas aulas, não que seja uma prova fácil, para que tirem nota boa, mas preparo uma prova dentro de tudo aquilo que tenho certeza que eles sabem. (Professora 2, 2013)

Essa postura demarca a responsabilidade e o comprometimento de um educador com uma educação voltada para a libertação e emancipação dos educandos, pois uma das maiores ações negativas da prática educativa tradicional é o desrespeito com o tempo de aprendizagem do aluno, bem como a agressão da utilização de um instrumento (prova e reprovação) de segregação de classes que é um dos objetivos deste modelo de educação controladora.

Para De Paula (2013),

O papel do educador é político, é de ruptura. É compreender que diante das amarras do sistema burocrata, que adoecem o espírito e abastecem os sentimentos fatalistas, nossa ação é de resistência. (Re)existir e (re)começar uma luta que nunca pára. Luta que nos alimenta de esperança, de amor, de sentimentos. Sentimentos que transformam a dor e as feridas abertas pelo imobilismo imposto pelo capital, em sede, sede de mudança, sede de transformação. Pois é somente no enfrentamento, na práxis, dialeticamente, dialogicamente, diariamente, que consolidaremos uma educação para a libertação. (DE PAULA, 2013. p. 98)

Destacamos ainda o depoimento da Diretora da Escola Sede:

"Eu sou professora do quadro da escola e acompanho o trabalho do Pará Leitura há muitos anos. Então, desde o momento em que assumi a Direção da Escola, busquei a coordenação do grupo para darmos continuidades à parceria. Entendo que essa parceria é fundamental para os alunos da escola anexo, para a comunidade e principalmente para nossas professoras, por essa razão, dou todo apoio que estiver ao alcance desta Direção".(Diretora da Escola Sede)

Nesse depoimento, a atual gestão da escola sede aponta como fundamental a parceria da escola com o Grupo e subsidia as ações cedendo o transporte de barco do porto de Icoaraci (distrito de Belém)/PA, direto à comunidade, o descolamento da equipe na Ilha de Cotijuba, bem como na liberação do espaço e mobilização na Comunidade.

Considerações Finais

A extensão universitária precisa ir além do intervencionismo acadêmico, pois é fundamental que a academia possa compreender que é urgente a necessidade de ruptura do pensamento abissal de "detentores do saber" e avançar na perspectiva de estabelecer relações e processos educativos entre a universidade e a(s) comunidade(s) tradicionais, bem como com povos originários, que respeitem a sua cultura e de fato (re)conheçam e (re)afirmem suas identidade(s), contribuindo para a formação social, cultural e política desses sujeitos.

As ações extensionistas do Grupo de Pesquisas e Extensão Pará Leitura Vai-Quem-Quer contribuem significativamente para o processo de (re)afirmação da identidade cultural local, pois ao estabelecer novas perspectivas de interação na relação comunidade-escola, possibilitam ao processo de educação formal e informal, espaços de convivências que respeitam as diferenças socioculturais e (re)conhecem saberes, costumes, valores, religiosidades e cultura local e estão presentes numa teia de representações simbólicas que contribuem e influenciam na educação, interação, participação, formação, sentimento de pertença e no cooperativismo de todos os sujeitos envolvidos desta relação.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias**. Petrópolis/RJ. Vozes. 2014.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro. Ed. Bertrand, 1989

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Educação Popular**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola** Petrópolis: Vozes. 2000.

CORDEIRO, Izilda. **E assim eu vivi trilhas douradas na Ilha de Cotijuba**. Dissertação (Mestrado em Gestão Educativa)- Universidad Católica Nuestra Señora de la Asunción. Assunção, Paraguai. 2011.

CORRÊA, S. R. M. **Comunidades rurais - ribeirinhas: processo de trabalho e múltiplos saberes** In: OLIVEIRA, I. A. Cartografias ribeirinhas: saberes e representações sobre prática sociais cotidianas de alfabetizando amazônidas. Belém: CCSE-UEPA, 2003.

CODEM, **Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão. Companhia de Desenvolvimento Metropolitano** Secretaria de Urbanismo. Plano diretor da Ilha de Cotijuba, 1997. PMB.

DE PAULA, P. **A Escola multisseriada e os processos de construção identitária na comunidade ribeirinha do “Poção” na Ilha de Cotijuba – Belém**, 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em Pedagogia) – Universidade do Estado do Pará, Belém, 2013.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GODOY, Arilda Schmidt. **Pesquisa qualitativa: Tipos fundamentais**. Revista de Administração de Empresas. V.35, n.3, p. 20-29. São Paulo, 1995. Disponível em <http://www.producao.ufrgs.br>.

GUERRA, G. A. D; CARVALHO, V. R. V. de **Ruralidade na Capital do Estado do Pará. Permanências e Mudanças na Ilha de Cotijuba** In Conservação e desenvolvimento no estuário e litoral amazônicos, Aragon, Luis E. (org.). BELÉM. 2003. UFPA/NAEA, p.210-211.

HAGE, Salomão M. **Educação na Amazônia: Identificando singularidades e suas implicações para a construção de propostas e políticas educativas e curriculares**. In. Educação do Campo na Amazônia: Retratos da Realidade das Escolas Multisseriadas no Pará. Ed. Gutenberg. Belém, 2005.

ISAAC, V. J. **Reflexões Sobre uma Política de Desenvolvimento da Pesca na Amazônia**, In: CASTRO, (Org). Belém das águas e das ilhas, Belém: CEJUP, 2006.

UEPA. **Estatuto e Regimento Geral**. Universidade do Estado do Pará. 1994.

[1] Mestrando do Programa de Pós Graduação da Universidade do Estado do Pará (PPGED - UEPA).

Email: paulomoe@gmail.com.

[2] Mestranda do Programa de Pós Graduação da Universidade do Estado do Pará (PPGED - UEPA).

Email: shirleyamador@hotmail.com.